

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVII - N.º 20 / 2016

18 de outubro de 2016



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 18 de outubro de 2016

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

CÂMARA MUNICIPAL

19.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 4 de outubro de 2016

	Página
Moção - “Pela Manutenção do Lar de Odivelas”	7
Voto de Congratulação - “Rui Miguel Ferreira vence Arnold Classic Europe 2016”	7
Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Odivelas	7
Isenção de pagamento de taxas, no âmbito do III Festival da Marmelada Branca de Odivelas e de Doçaria Conventual e Tradicional	8
Isenção de pagamento de taxas - Universidade Sénior de Odivelas	8
Contrato de comodato a celebrar entre o Município de Odivelas e o Moto Clube “Doninhas do Asfalto”	8
Contrato de comodato a celebrar entre o Município de Odivelas e o Corpo Nacional de Escutas (CNE) - Escutismo Católico Português, Agrupamento 879 da Póvoa de Santo Adrião	10
Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Odivelas e o Ministério da Educação - intervenções de ampliação e modernização das instalações da Escola Básica de Castanheiros, Caneças	11
Abertura de um procedimento adjudicatório para remodelação e ampliação da Escola dos Castanheiros em Caneças	13
Abertura de um procedimento adjudicatório para a construção de uma nova unidade de saúde em Odivelas	14
Aceitação da doação do artista Rodrigo Franzão - uma pintura intitulada “Plano Mecânico 1”	14
Atribuição de um apoio, sob a forma de transporte municipal, à Paróquia de S. Pedro de Caneças	14
Aditamento ao alvará de loteamento n.º 2/2009, para alteração dos parâmetros urbanísticos referentes ao lote 13, no Bairro Azinhaga do Canhamato, na União de Freguesias de Ramada e Caneças	15
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 472, da Rua Columbano Bordalo Pinheiro, do Bairro dos Quatro, pelo depósito caução	15
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 616, da Rua Padre António Vieira, do Bairro dos Quatro, pelo depósito caução	15
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 165, da Rua Sá de Miranda, lote 165, do Bairro das Granjas Novas, pelo depósito caução	15
UNIDADES ORGÂNICAS	
Despachos	16
Avisos	17
Decisões com Eficácia Externa	18



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

14.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 6 de outubro de 2016

Voto de Pesar - “Falecimento de Valentim Xavier Pintado”	23
Voto de Congratulação - “Pela Eleição de António Guterres para Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas”	23
Voto de Congratulação - “Ao Ator Nuno Lopes”	24
Voto de Congratulação - “António Guterres - Secretário Geral da Organização das Nações Unidas”	24
Moção - “Golpe no Brasil”	25
Moção - “Pela Exclusão da SAHARA Ocidental dos Acordos Comerciais entre a união Europeia e Marrocos”	26
Proposta de Recomendação - “Pela Elaboração de um Código de Conduta”	26
Proposta de Recomendação - “Pela Colocação de Proteção na Rua”	27
Constituição dos Júris de diversos procedimentos concursais de Cargos de Dirigentes dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas - SIMAR	27
Candidaturas ao Programa de Apoio à Gestão das Instalações e Equipamentos Escolares (PAGIEE), e concessão do apoio financeiro às Escolas Básicas EB António Gedeão, EB Carlos Paredes, EB Vasco Santana e EB D. Dinis, para o ano letivo 2016/2017	28
Aquisição de um autocarro e três carrinhas de nove lugares	28
Retirada de Pontos da Ordem do Dia da Presente Sessão	28



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

19.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 4 de outubro de 2016

DELIBERAÇÕES

MOÇÃO

“PELA MANUTENÇÃO DO LAR DE ODIVELAS”

Moção intitulada “Pela Manutenção do Lar de Odivelas”, datada de 2016.10.04, apresentada pela Vereadora da Câmara Municipal de Odivelas, Maria da Luz Nogueira.

(Rejeitada, com os votos contra do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, dos Vereadores da bancada do PS, dos Vereadores da bancada do PSD e os votos a favor dos Vereadores da bancada da CDU)

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“RUI MIGUEL FERREIRA VENCE ARNOLD CLASSIC EUROPE 2016”

“No passado mês de Setembro, decorreu no Pavilhão da Escola Secundária de Caneças, o Troféu Rui Ferreira, numa organização conjunta da Federação Lusa de Cultura Física (FLCF) e da Câmara Municipal de Odivelas, uma prova que contemplou as categorias de culturismo, men’s physique, bikini fitness, body fitness e wellness.

No passado mês de setembro de 22 a 26 em Barcelona, realizou-se a maior prova de culturismo, Arnold Classic Europe 2016, cuja vitória na categoria Masters Men's Physique over 45 Years, pertenceu ao atleta Rui Miguel Ferreira, residente no nosso concelho, conquistando assim, o título de Campeão, no Arnold Classic Europe 2016, elevando ao mais alto nível o concelho de Odivelas, na maior prova de Culturismo Internacional.

A Câmara Municipal de Odivelas regista este feito de assinalável valor, não só para a Federação Lusa de Cultura

Física mas para o Desporto em geral, enviando uma saudação ao atleta Rui Miguel Ferreira pelo excelente resultado obtido em Barcelona.

A Câmara Municipal, aprova este voto de congratulação reconhecendo o mérito da prestação e pela importância deste título internacional de todos os atletas portugueses presentes, em especial ao nosso munícipe Rui Miguel Ferreira.”

(Aprovado por unanimidade)

Odivelas, 04 de outubro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

ATAS

ATA DA 18.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2012 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 18.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 19 de setembro de 2012.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 19 de setembro de 2012)

ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 2.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 30 de janeiro de 2013.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 30 de janeiro de 2013)

ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 13 de fevereiro de 2013.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 13 de fevereiro de 2013)



**ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Ata da 4.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 27 de fevereiro de 2013.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 27 de fevereiro de 2013)

**ATA DA 4.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2013
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Ata da 4.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 23 de agosto de 2013.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 23 de agosto de 2013)

ISENÇÕES

FESTIVAL DA MARMELAGA BRANCA DE ODIVELAS

Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, de 2016.09.22, exarado no edoc/2016/50222, a autorizar a realização das visitas ao Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo isentas de pagamento do valor devido, no âmbito do III Festival da Marmelada Branca de Odivelas e de Doçaria Conventual e Tradicional, e a isenção do pagamento das taxas referentes à submissão de comunicação prévias apresentadas pelos produtores de Marmelada Branca de Odivelas participantes no referido Festival, com a consequente devolução de verbas pagas a esse título por aqueles produtores, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/9388, de 2016.09.21.

(Aprovado por unanimidade)

UNIVERSIDADE SÉNIOR

Isenção de pagamento do valor devido à Universidade Sénior de Odivelas, para a realização de uma visita ao Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, no próximo dia 21 de outubro de 2016, em conjunto com a Academia Sénior de Estremoz, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/9544, de 2016.09.27.

(Aprovado por unanimidade)

CONTRATOS DE COMODATO

**CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE
ODIVELAS E A ASSOCIAÇÃO MOTO CLUBE DE ODIVELAS
“DONINHAS DO ASFALTO”**

Contrato de comodato a celebrar entre o Município de Odivelas e o Moto Clube “Doninhas do Asfalto”. Pelo presente contrato é comodatado o edifício composto por um piso e uma divisão, sito na Rua da Arroja, Rotunda Arnaldo Dias, em Odivelas, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob a ficha 6317, e inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 12884, ambos da Freguesia de Odivelas, com valor patrimonial de €36.350,00 (trinta e seis mil trezentos e cinquenta euros), pelo período de 20 (vinte) anos, renovável por períodos de 5 (cinco) anos, destinando-se este, única e exclusivamente, à prossecução dos fins definidos pelos estatutos do comodatário, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/ 7245, de 2016.07.13, e conforme consta da minuta de comodato anexa à informação referida.

“Contrato de Comodato N.º __/GGPAG/2016

ENTRE,

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, Pessoa Coletiva n.º 504 293 125, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hugo Martins, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, adiante designado por Comodante,

E

MOTO CLUBE DE ODIVELAS – DONINHAS DO ASFALTO, Pessoa Coletiva com o n.º 509 751 865, com sede na Rua Almirante Gago Coutinho, n.º 82, Armazém, Ponte da Bica, 2620-370 Freguesia de Ramada, representado neste ato pelo seu Presidente, Ricardo Manuel Camilo Gonçalves, natural da Freguesia de São Sebastião da Pedreira, Concelho de Lisboa, residente na Rua Norton de Matos, n.º 1 – 4º Esq.º, Jardim da Radial, 2620-194 Ramada, portador do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil 11011913 4ZY8, válido até 04 de fevereiro de 2019, pelo seu Vice-Presidente, Sandro Miguel Luís dos Santos, natural do Concelho de Torres Vedras, residente na Praceta José Afonso, n.º 2 – 3º Drt.º, Apelação, 2680-315 Loures, portador do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil 10884311 4ZY7, válido até 13 de setembro de 2020, e pelo seu Tesoureiro, Mário Jorge Gomes dos Santos, natural da Freguesia do Socorro, Concelho de Lisboa, residente na



Rua Fernando Namora, Lote 322, Bairro Girassol, 2620-241 Ramada, portador do Bilhete de Identidade de Cidadão Nacional com o número de Identificação Civil 14891855 5, válido até 12 de junho de 2017, adiante designado por Comodatário,

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Contrato de Comodato, nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 1129.º e seguintes do Código Civil, aprovado pela Câmara Municipal de Odivelas na sua ___ Reunião Ordinária, de ___ de _____ de 2016, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

O Comodante é proprietário e legítimo possuidor do prédio urbano - edifício composto por um piso e uma divisão, sito na Rua da Arroja, Rotunda Arnaldo Dias, em Odivelas, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob a ficha 6317, e inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 12884, ambos da Freguesia de Odivelas, com o valor patrimonial de € 36.350,00 (trinta e seis mil trezentos e cinquenta euros).

Cláusula 2ª

Pelo presente contrato é comodatado o edifício identificado na cláusula anterior, destinando-se este, única e exclusivamente, à prossecução dos fins definidos pelos Estatutos do Comodatário.

Cláusula 3ª

O presente contrato é celebrado pelo prazo de 20 (vinte) anos, a contar da data da sua assinatura, renovável por períodos de 5 (cinco) anos, salvo se qualquer das partes o denunciar com aviso prévio de 90 (noventa) dias relativamente à data do seu termo.

Cláusula 4ª

Para além das obrigações constantes do artigo 1135.º do Código Civil, o Comodatário fica especialmente obrigado a manter as instalações, objeto da cedência, em bom estado de conservação, não as podendo aplicar a fim diverso daquele a que as mesmas se destinam, nem ceder a terceiros o seu uso sem autorização expressa do Comodante.

Cláusula 5ª

1 – O Comodatário poderá proceder às obras que considere úteis e necessárias à prossecução dos fins a que se destinam as instalações comodatadas, desde que previamente autorizadas, por escrito, pelo Comodante.

2 – As obras referidas no número anterior ficarão a cargo do Comodatário.

3 – Todas as despesas que resultem da realização das obras de que as instalações careçam, por força da sua utilização, manutenção e conservação, constituirão responsabilidade do Comodatário.

Cláusula 6ª

O Comodatário responderá por todas as deteriorações que se venham a verificar durante a vigência do presente contrato de comodato, com exceção das decorrentes de um normal e prudente uso.

Cláusula 7ª

1 - As despesas de funcionamento, designadamente, as referentes aos consumos de água, eletricidade, limpeza, e consumos respeitantes a comunicações, são da responsabilidade do Comodatário.

2 – São, ainda, responsabilidade do Comodatário os seguros necessários ao exercício dos fins da cedência, designadamente, o seguro obrigatório contra o risco de incêndio, previsto no artigo 1429.º do Código Civil, o de destruição, por causas naturais ou de ação humana, das instalações cedidas, bem como o seguro de recheio, relativamente a bens e equipamentos existentes nas referidas instalações.

Cláusula 8ª

1 – O presente contrato cessa os seus efeitos nos termos gerais de Direito, não obstante o Comodante poder resolver o contrato com fundamento em justa causa.

2 – Considera-se justa causa, designadamente, a utilização das instalações comodatadas para fins estranhos aos consagrados nos Estatutos do Comodatário.

3 – É considerada condição resolutiva a cessação do uso das instalações por parte do Comodatário.

4 – Para os efeitos estabelecidos no número anterior, considera-se cessação do uso das instalações comodatadas, a não utilização das mesmas nos termos estabelecidos no presente contrato por prazo superior a 90 (noventa) dias.

Cláusula 9ª

Em tudo o que o presente contrato for omissivo aplicam-se, subsidiariamente, as disposições legais em vigor, nomeadamente, o estabelecido nos artigos 1129.º a 1141.º do Código Civil.

Cláusula 10ª

Para resolução dos litígios emergentes do presente contrato, será competente o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, com expressa renúncia a qualquer outro.



Odivelas, ___ de _____ de 2016.

O presente contrato foi feito em duplicado, ficando um original devidamente assinado para cada um dos outorgantes.

Por estarem de acordo, leem e assinam.

Isento de Imposto de Selo.

P'lo Comodante,

P'lo Comodatário,

(Hugo Martins)

(-----)"

(Aprovado por unanimidade)

**CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O
MUNICÍPIO DE ODIVELAS E O CORPO NACIONAL DE ESCUTAS
(CNE) AGRUPAMENTO 879 DA PÓVOA DE SANTO ADRIÃO**

Contrato de comodato a celebrar entre o Município de Odivelas e o Corpo Nacional de Escutas (CNE) – Escutismo Católico Português, Agrupamento 879 da Póvoa de Santo Adrião. Pelo presente contrato é comodatada a fração autónoma designada pela letra “H” correspondente à Cave do prédio urbano sito na Rua António Aleixo, n.º 1, Póvoa de Santo Adrião, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob a ficha 1034, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1161, ambas da Freguesia da Póvoa de Santo Adrião, União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, com o valor patrimonial de € 70.500,00 (setenta mil e quinhentos euros), destinando-se única e exclusivamente à instalação do agrupamento de Escuteiros 879 da Póvoa de Santo Adrião, para a prossecução dos fins definidos pelos estatutos do comodatário. O presente contrato é celebrado pelo prazo de 5 (cinco) anos, renovável por igual período, salvo se qualquer das partes o denunciar com aviso prévio de 180 (cento e oitenta) dias relativamente à data do seu termo de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/9605, de 28-09-2016, e conforme consta da minuta de comodato anexa à informação referida.

«Contrato de Comodato N.º ___/GGPAG/2016

ENTRE,

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, Pessoa Coletiva n.º 504 293 125, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hugo Martins, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, adiante designado por Comodante,

E

CORPO NACIONAL DE ESCUTAS (CNE) – Escutismo Católico Português, Pessoa Coletiva com o n.º 500 972 052, com sede na Rua D. Luís I, n.º 34, 1200 - 152 Lisboa, neste ato representado pelo Chefe do Agrupamento 879 da Póvoa de Santo Adrião, eleito em Conselho de Agrupamento realizado em 25/07/2014, Sérgio Manuel dos Santos Martins, residente na Av. Miguel Torga, n.º 32, 5º C, 2675 – 664 Odivelas, portador do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil 11190889 2ZY4, válido até 10 de dezembro de 2019, Contribuinte Fiscal n.º 212 023 462, adiante designado por Comodatário,

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Contrato de Comodato, nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 1129.º e seguintes do Código Civil, aprovado pela Câmara Municipal de Odivelas na sua ___ Reunião Ordinária, de ___ de _____ de 2016, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

O Comodante é proprietário e legítimo possuidor da fração autónoma designada pela letra “H” correspondente à Cave do prédio urbano sito na Rua António Aleixo, n.º 1, Póvoa de Santo Adrião, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob a ficha 1034, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1161, ambas da Freguesia da Póvoa de Santo Adrião, União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, com o valor patrimonial de € 70.500,00 (setenta mil e quinhentos euros).

Cláusula 2ª

Pelo presente contrato é comodatada a fração identificada na Cláusula anterior, destinando-se esta, única e exclusivamente, à instalação do Agrupamento de Escuteiros 879 da Póvoa de Santo Adrião, para a prossecução dos fins definidos pelos Estatutos do Comodatário.

Cláusula 3ª

O presente contrato é celebrado pelo prazo de 5 (cinco) anos, renovável por igual período, salvo se qualquer das partes o denunciar com aviso prévio de 180 (cento e oitenta) dias relativamente à data do seu termo.

Cláusula 4ª

Para além das obrigações constantes do artigo 1135.º do Código Civil, o Comodatário fica especialmente obrigado a manter a fração, objeto da cedência, em bom estado de conservação, não a podendo aplicar a fim diverso daquele a que a mesma se destina, nem ceder a terceiros o seu uso sem autorização expressa do Comodante, e devendo restituí-la a este último findo o presente contrato.



Cláusula 5ª

1 – O Comodatário poderá proceder às obras que considere úteis e necessárias à prossecução dos fins a que se destina a fração comodatada, desde que previamente autorizadas, por escrito, pelo Comodante.

2 – As obras referidas no número anterior ficarão a cargo do Comodatário.

3 – Todas as despesas que resultem da realização das obras de que a fração careça, por força da sua utilização, manutenção e conservação, constituirão responsabilidade do Comodatário.

Cláusula 6ª

O Comodatário responderá por todas as deteriorações que se venham a verificar durante a vigência do presente contrato de comodato, com exceção das decorrentes de um normal e prudente uso.

Cláusula 7ª

As despesas de funcionamento, designadamente, as referentes aos consumos de água, eletricidade, limpeza, e eventuais seguros de recheio, e consumos respeitantes a comunicações, são da responsabilidade do Comodatário.

Cláusula 8ª

1 – Findo o contrato, a fração comodatada será restituída em bom estado de conservação ao Comodante e sem direito a qualquer indemnização do Comodatário pelas obras, por este, realizadas.

2 – O Comodatário poderá levantar as benfeitorias apenas no caso de não provocar detrimento da fração, não tendo direito a haver o valor delas no caso contrário.

Cláusula 9ª

1 – O presente contrato cessa os seus efeitos nos termos gerais de Direito, não obstante o Comodante poder resolver o contrato com fundamento em justa causa.

2 – Considera-se justa causa, designadamente, a utilização da fração comodatada para fins estranhos aos consagrados nos Estatutos do Comodatário.

3 – É considerada condição resolutiva a cessação do uso da fração por parte do Comodatário.

4 – Para os efeitos estabelecidos no número anterior, considera-se cessação do uso da fração comodatada, a não utilização da mesma nos termos estabelecidos no presente contrato por prazo superior a 90 (noventa) dias.

Cláusula 10ª

Em tudo o que o presente contrato for omissivo aplicam-se, subsidiariamente, as disposições legais em vigor, nomeadamente, o estabelecido nos artigos 1129.º a 1141.º do Código Civil.

Cláusula 11ª

Para resolução dos litígios emergentes do presente contrato, será competente o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, com expressa renúncia a qualquer outro.

Odivelas, __ de _____ de 2016.

O presente contrato foi feito em duplicado, ficando um original devidamente assinado para cada um dos outorgantes.

Por estarem de acordo, leem e assinam.

Isento de Imposto de Selo.

P'lo Comodante,

P'lo Comodatário,

(Hugo Martins)

(-----)»

(Aprovado por unanimidade)

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Ratificar o ato de aprovação da Assinatura do Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Odivelas e o Ministério da Educação. O presente Protocolo de Colaboração define as condições de transferência para o Município das atribuições a que se refere o artigo 39.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, designadamente a elegibilidade, enquanto entidade beneficiária, para intervenções de ampliação e modernização das instalações da Escola Básica de Castanheiros, Caneças, Odivelas, a executar no âmbito do Programa Operacional Regional LISBOA 2020, conforme consta da proposta n.º 13/PRES/2016, datada de 22 de setembro de 2016, sendo revogado o protocolo aprovado na 15.ª Reunião de Câmara Municipal, realizada a 27 de julho de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 15 de 2016, página 9*).



«MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

E

MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Protocolo de Colaboração para a Ampliação e Modernização das Instalações da Escola Básica de Castanheiros, Caneças

O Estado, através do Ministério da Educação, neste ato representado por S. Ex. o Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues;

e,

O Município de Odivelas, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hugo Manuel dos Santos Martins;

Celebram entre si o presente Acordo de Colaboração com base no disposto no artigo 17.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 157/90, de 17 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 319/2001, de 10 de dezembro, que estabelece o Regime de Celebração de Contratos-Programa; e para

os efeitos previstos no artigo 12.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e no artigo 39.º, n.º 2, da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, alterada pela Portaria n.º 181-A/2015, de 19 de junho, pela Portaria n.º 190-A/2015, de 26 de junho, e pela Portaria n.º 148/2016, de 23 de maio, que aprovou o Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, nos seguintes termos:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Protocolo de Colaboração define as condições de transferência para o Município das atribuições a que se refere o artigo 39.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, designadamente a elegibilidade, enquanto entidade beneficiária, para intervenções de ampliação e modernização das instalações da Escola Básica de Castanheiros, Caneças, Odivelas, doravante designada Escola, a executar no âmbito do Programa Operacional Regional LISBOA 2020.

Cláusula 2.ª

Competências do Ministério da Educação

Ao Ministério da Educação compete:

a) Apoiar, através da Direção de Serviços da Região de Lisboa e Vale do Tejo da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, e a solicitação da Câmara Municipal de Odivelas, na definição do programa de intervenção de ampliação e modernização das instalações da Escola;

b) Dar parecer tempestivo sobre os projetos de arquitetura e de especialidades para a ampliação e modernização das instalações da Escola;

c) Apoiar o Agrupamento de Escolas de Caneças, Odivelas, no desenvolvimento regular das atividades letivas no decurso da empreitada;

d) Autorizar a Câmara Municipal de Odivelas, a definir os termos e condições de utilização das instalações da Escola;

e) Transferir, após a conclusão da intervenção executada de acordo com o definido na candidatura aprovada, a Escola e o terreno respetivo, para a propriedade do Município de Odivelas através de instrumento jurídico apropriado.

Cláusula 3.ª

Competências da Câmara Municipal de Odivelas

À Câmara Municipal de Odivelas compete:

a) Assegurar a elaboração dos projetos de arquitetura e das especialidades para a ampliação e modernização do edifício e dos arranjos exteriores incluídos no perímetro da Escola.

b) Solicitar tempestivamente os pareceres dos serviços do Ministério da Educação previstos no Aviso para Apresentação de Candidaturas respetivo;

c) Obter todos os pareceres legalmente exigíveis;

d) Assumir o encargo com comparticipação pública nacional da empreitada de ampliação e modernização das instalações da Escola, resultante do valor de adjudicação, de eventuais custos adicionais e de revisão de preços;

e) Assegurar a posição de dono da obra, lançando os procedimentos de acordo com os projetos aprovados pelos Serviços do Ministério da Educação, adjudicar as obras nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, bem como garantir a fiscalização e a coordenação da empreitada;

f) Garantir o financiamento da empreitada e o pagamento ao adjudicatário, através de dotações orçamentais inscritas, aprovadas e visadas nos termos legais.

Cláusula 4.ª

Acompanhamento, controlo e incumprimento na execução do protocolo

a) Com a assinatura deste protocolo é constituída uma comissão de acompanhamento composta por um representante do Ministério da Educação, designado pela Direção de Serviços da Região de Lisboa e Vale do Tejo da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, um representante da Câmara Municipal, por esta designado e



pelo Diretor do Agrupamento de Escolas de Caneças, Odivelas.

b) À comissão referida no número anterior cabe coordenar a execução da empreitada com o desenvolvimento regular das atividades letivas.

c) O presente protocolo pode ser revogado, a todo o tempo, por acordo entre as partes outorgantes.

d) Ambas as partes têm os deveres e direitos de consulta e informação recíprocos, bem como de pronúncia sobre o eventual incumprimento do Protocolo.

e) O incumprimento por qualquer das partes outorgantes das obrigações constantes no presente protocolo confere, à parte não faltosa, o direito à resolução do mesmo.

f) Sem prejuízo do estipulado nos números anteriores, o incumprimento por qualquer das partes outorgantes, determina a resolução do presente Protocolo, não podendo a outra parte exigir, seja a que título for, compensação ou indemnização, por encargos em que tenha incorrido para a sua execução.

Cláusula 5.^a
Prazo de vigência

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigorará até à receção da empreitada e subsequente transferência de propriedade da Escola para o Município de Odivelas.

O presente protocolo de colaboração é celebrado em dois exemplares originais, ficando um na posse do Ministério da Educação e outro na posse da Câmara Municipal de Odivelas.

Amadora, 23 de setembro de 2016,

O Ministro da Educação,

(*Tiago Brandão Rodrigues*);

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas

(*Hugo Manuel dos Santos Martins*)»

(Aprovado por unanimidade)

REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLA

REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DOS CASTANHEIROS EM CANEÇAS - PROCESSO N.º 2607/RA/CA-DOMHT

Abertura de um procedimento adjudicatório, mediante a realização dum concurso público nos termos da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), para remodelação e ampliação da Escola dos Castanheiros em Caneças. A empreitada tem por objeto a construção de um novo edifício escolar e um pavilhão desportivo no recinto da EB 2,3 dos Castanheiros em Caneças. De acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/9697, de 2016.09.29, e na informação n.º Interno 2016/9651, de 2016.09.29, propõe-se a aprovação dos elementos necessários para o procedimento, nomeadamente:

Anúncio;
Programa de Concurso;
Caderno de encargos;
Plano de Segurança e Saúde;
Manual do Estaleiro;
Placa de Obra;
Mapa Orçamental;
Mapa de Quantidades de Trabalho;
Mapa de Medições;
Memórias Descritivas;
Condições Técnicas Especiais;
Peças desenhadas;
Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;

Cumprindo o disposto no artigo 47 do Código dos Contratos Públicos propõe-se que o valor desta empreitada seja fixado em €2.220.000,00 (dois milhões, duzentos e vinte mil euros) sem IVA;

O Projeto de Execução (constante de folhas 1 a 807 do processo);

A constituição do Júri, nos termos do artigo 67º do CCP
Eng.º Luís Jorge, Diretor Departamento, Presidente, como membro efetivo;
Eng.º António Lopes, Chefe Divisão, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos, como membro efetivo;
Dra. Rosa Patrão, Técnica Superior, como membro efetivo;
Arq. Orlando Silva, Técnico Superior, como membro efetivo,
Dra. Andreia Mendes, Técnica Superior, como membro efetivo;
Eng.ª Sofia Magalhães, Técnico Superior, como membro efetivo;
Vanda Valério, Assistente Técnica, como membro efetivo;
Eng.ª Isabel Tavares, como membro suplente;



Teresa Alves, Coordenadora Técnica, como membro suplente.

A publicação do anúncio de concurso (constante a folhas 1042 a 1044 do processo) no Diário da República, nos termos do n.º 1 do artigo 130.º do CCP.

A despesa de publicação num valor estimado de 600,00€, a que acrescentará o I.V.A. à taxa legal em vigor).

(Aprovado por unanimidade)

CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE

CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE ODIVELAS PROCESSO N.º 2611/OD-DOMHT

Abertura de um procedimento adjudicatório, mediante a realização dum concurso público nos termos da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), para a construção de uma nova unidade de saúde em Odivelas. De acordo com o proposto na informação n.º interno/2016/9642, de 2016.09.29, e na informação n.º interno 2016/9569, de 2016.09.29, propõe-se a aprovação dos elementos necessários para o procedimento, nomeadamente:

Anúncio;
Programa de Concurso;
Caderno de encargos;
Plano de Segurança e Saúde;
Manual do Estaleiro;
Placa de Obra;
Mapa de Quantidades de Trabalho;
Mapa Orçamental;
Peças Desenhadas;
Memória Descritiva;
Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;

Cumprindo o disposto no artigo 47 do Código dos Contratos Públicos propõe-se que o valor desta empreitada seja fixado em €1.567.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil euros), sem IVA;

O Projeto de Execução (constante de folhas 1 a 1007 do processo);

A constituição do Júri, nos termos do artigo 67º do CCP;

Eng.º Luís Jorge, Diretor Departamento, Presidente, como membro efetivo;
Eng.º António Lopes, Chefe Divisão, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos, como membro efetivo;

Dra. Rosa Patrão, Técnica Superior, como membro efetivo;
Arq. Orlando Silva, Técnico Superior, como membro efetivo;
Dra. Andreia Mendes, Técnica Superior, como membro efetivo;
Eng.ª Sofia Magalhães, Técnico Superior, como membro efetivo;
Vanda Valério, Assistente Técnica, como membro efetivo;
Eng.ª Isabel Tavares, como membro suplente;
Teresa Alves, Coordenadora Técnica, como membro suplente;

A publicação do anúncio de concurso (constante a folhas 1110 a 1108) no Diário da República, nos termos do n.º 1 do artigo 130.º do CCP;

A despesa de publicação num valor estimado de 600,00€, a que acrescentará o I.V.A. à taxa legal em vigor).

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

DOAÇÃO DE OBRA AO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Aceitação da doação do artista Rodrigo Franzão, de uma obra sua, uma pintura intitulada “Plano Mecânico 1”, em látex PVA e tinta permanente s/ lona, 100% algodão, engomada e tingida, com as dimensões de 100x116 cm, no valor total de 1.050,00 (mil e cinquenta euros), com o intuito de a mesma passar a pertencer ao acervo Municipal do Centro de Exposições de Odivelas, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/9445, de 2016.09.23.

(Aprovado por unanimidade)

CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL PARÓQUIA DE S. PEDRO DE CANEÇAS

Atribuição de um apoio, sob a forma de transporte municipal, à Paróquia de S. Pedro de Caneças, no dia 5 de outubro de 2016, para deslocação, em peregrinação, de um grupo de pessoas à Igreja Paroquial da Póvoa de Santo Adrião (ida e volta), com um custo total estimado em €47,68 (quarenta e sete euros e sessenta e oito centimos), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/9478, de 2016.09.26.

(Aprovado por unanimidade)



PROCESSOS PARTICULARES

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/2009 BAIRRO AZINHAGA DO CANHAMATO, LOTE 13 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS PROCESSO N. 46282/RC

Aditamento ao alvará de loteamento n.º 2/2009, para alteração dos parâmetros urbanísticos referentes ao lote 13, no Bairro Azinhaga do Canhamato, na União de Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de Joaquim Miguel Vitorino do Norte e Maria do Carmo Nascimento Marques. As alterações à licença de loteamento visam alterar as áreas de implantação e de construção previstas para o lote, para permitir a legalização da edificação nele existente, conforme consta da informação técnica n.º 269/CM/DRRU/DGOU/16, de 2016.09.14 e de acordo com o proposto na informação n.º 46282/RC de 2016.09.23.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO DE CAUÇÃO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES BAIRRO DOS QUATRO, LOTE 472 ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2011

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 472, da Rua Columbano Bordalo Pinheiro, do Bairro dos Quatro, pelo depósito caução n.º 10966 de 206.09.09, do Banco Caixa Geral de Depósito, S.A., em nome de Domingos Sousa dos Santos Prósperos, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, no valor de € 3.536,33 (três mil, quinhentos e trinta e seis euros e trinta e três cêntimos), correspondente ao valor caucionado por hipoteca legal estabelecido no alvará de loteamento n.º 4/2011, de acordo com o proposto na informação n.º 64.2016, de 2016.09.14, e conforme consta na informação técnica n.º 98/RO/DRRU/DGOU/2016, de 2016.09.13.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSTITUIÇÃO DA HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO DE CAUÇÃO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES BAIRRO DOS QUATRO, LOTE 616 ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2011

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 616, da Rua Padre António Vieira, do Bairro dos Quatro, pelo depósito caução n.º 12810 de 2016.09.08 do Banco Caixa Geral de Depósito, S.A., em nome de Miguel Fernando Godinho Ferreira, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, no valor de € 4.973,90 (quatro mil, novecentos e setenta e três euros e noventa cêntimos), correspondente ao valor caucionado por hipoteca legal

estabelecido no alvará de loteamento n.º 4/2011, de acordo com o proposto na informação n.º 65.2016 de 2016.09.20, conforme consta na informação técnica n.º 101/RO/DRRU/DGOU/2016 de 2016.09.15.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSTITUIÇÃO DA HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO DE CAUÇÃO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS BAIRRO GRANJAS NOVAS, LOTE 165 ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2000

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 165, da Rua Sá de Miranda, lote 165, do Bairro das Granjas Novas, pelo depósito caução n.º 10529 de 2016.09.14 do Banco Caixa Geral de Depósito, S.A., em nome de Maria Vitória dos Santos Martins Pereira, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, no valor de € 934,19 (novecentos e trinta e quatro euros e dezanove cêntimos), correspondente ao valor caucionado por hipoteca legal estabelecido no alvará de loteamento n.º 1/2000, de acordo com o proposto na informação n.º 66.2016, de 2016-09-20, conforme consta na informação técnica n.º 102/RO/DRRU/DGOU/2016.

(Aprovado por unanimidade)



UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 48/PRES/2016

Assunto: Abertura de Procedimento de alteração do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais de Odivelas (RTORM)

A - Considerando que:

1. Importa proceder a alterações ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais de Odivelas (RTORM), de forma a nele enquadrar as mais recentes inovações legislativas e adequar algum do seu articulado à experiência recolhida;
2. Nos termos do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), deve ser publicitado o início de um procedimento de elaboração ou alteração de regulamentos;
3. O início do procedimento deve ser publicitado, pela forma e pelos meios previstos no mesmo artigo 98º do CPA;
4. Importa que o procedimento de alteração esteja concluído até ao final do corrente ano.

B - Determino, ao abrigo do disposto no artigo 98º do CPA:

1. A abertura, com efeitos a partir da presente data, de um procedimento de alteração do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais de Odivelas, limitado ao enquadramento das mais recentes inovações legislativas e à adequação de algum do seu articulado à experiência recolhida;
2. A constituição de interessados e a apresentação de contributos deve processar-se por meio de correio eletrónico a remeter até ao próximo dia 19.10.2016, para o endereço: atividadeseconomicas@cm-odivelas.pt, com a identificação completa do interessado e a sua morada e endereço eletrónico;

3. A elaboração do projeto de alterações deve ficar concluída a tempo de ser presente à primeira reunião da Câmara Municipal de Odivelas de Novembro;

4. Encarregar a Sra. Vereadora Dra. Mónica Vilarinho, de coordenar os trabalhos de elaboração do projeto de alteração do RTORM;

5. Publicite-se o presente Despacho no sítio do Município de Odivelas e pelos demais meios habituais;

6. Dê-se conhecimento ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando o envio do presente despacho à competente Comissão daquele Órgão.

Odivelas, 7 de Outubro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

OUTROS DESPACHOS

DESPACHO N.º 16/DGOU/2016

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, diploma que aplica à Administração Local a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redação em vigor, conjugado com o artigo 46.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, **subdelego** na Técnica Superior, Arq.^a **Rita de Sousa Ribeiro Diogo**, durante o período compreendido entre os dias **18 e 28 de outubro** de 2016, por ausência (férias) da respetiva Chefe de Divisão, a assinatura da correspondência e expediente necessários à instrução dos processos no âmbito da **Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana**.

Odivelas, 14 de outubro de 2016

O Diretor do Departamento de
Gestão e Ordenamento Urbanístico

No uso da competência que me foi subdelegada pelo Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira, através do Despacho 15/VPCT/2015,

António de Sousa, Arq.º



AVISOS

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 1/2003 – B.º Vale Pequeno – Pontinha/Famões

7.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 6 de maio de 2015, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2003, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de José Luís Abreu.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Aos Parâmetros Urbanísticos do Lote

ALVARÁ LOTEAMENTO							ALTERAÇÃO PROPOSTA					
Lote	A. Lote	A.I.	A.C.	N.º P	Fogos	Usos	A. Lote	A.I.	A.C.	N.º P	Fogos	Usos
189	209 m²	130 m²	260 m²	CV+2+S	1	H	206 m²	130 m²	260 m²	CV+2+S	3	H

Os valores alterados foram representados a negrito.

1.2. Aos Parâmetros Urbanísticos do Bairro

	ALVARÁ LOTEAMENTO	ALTERAÇÃO PROPOSTA	Diferencial
<i>N.º Fogos</i>	406	408	+ 2
<i>Área total de lotes</i>	96 985 m²	96 982 m²	- 3
<i>Área a integrar no domínio público</i>	32 891 m²	32 894 m²	+ 3

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

De acordo com o previsto no art.º 6º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação em vigor, pela falta de áreas de cedência para equipamentos de utilização coletiva, foi aceite a compensação em numerário nos termos previstos no art.º 44º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor. Para os espaços verdes e de utilização coletiva, foram contabilizadas as áreas de natureza privada, designadamente as áreas afetas aos logradouros de lotes privados, até 50% da área livre permeável, com o mínimo de 25 m², nos termos do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização.

No âmbito da legalização das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 101.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento.

Paços do Concelho, 06 de setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Isabel Cosme Gomes, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 111/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de setembro de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/9712, 2016.09.30:

Divisão de Habitação

Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2016/15556

Interno/2016/8611 de 2016/08/29

Assunto: Prohabita – Acordo 328 (III Fase) – Praceta Manuela Porto, 2, 3º Dtº, Arroja – Silviurbana na qualidade de representantes de Liberato José dos e Maria da Conceição Santos – Pagamento de Indemnização por conta de danos na fração Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. À consideração do Sr. Presidente da CMO, proposta de cabimento, compromisso (condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 e no Decreto-Lei 127/2012 de 21/06), e pagamento da verba de 3 398,85 € a Silviurbana Investimentos Imobiliários, Lda, a título de indemnização por danos provocados no fogo sito na Praceta Manuela Porto, nº 2, 3º Dtº, Arroja, Odivelas, arrendado pelo M.O, no âmbito do programa PROHABITA. (Contrato de arrendamento findo a 30 de Setembro de 2016, em virtude do realojamento da família em fogo municipal).”

Data da decisão: 2016/09/28

EDOC/2016/72

Interno/2016/8663 de 2016/08/30

Assunto: Intenção de Compra de Habitação – Praceta Grão Vasco, 2, 2º Dtº - Bairro Gulbenkian – Felícia António – Reavaliação ao abrigo do Novo Regulamento Geral de Alienação de Fogos Municipais

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Indeferir-se o pedido de aquisição do fogo municipal com base no Regulamento Geral de Alienação de Fogos Municipais, em vigor. À Divisão de Habitação para oficializar em conformidade.”

Data da decisão: 2016/09/28

EDOC/2016/19275

Interno/2016/8506 de 2016/08/23

Assunto: Denúncia do Arrendamento Prohabita – Acordo 328 (III Fase) – Praceta 25 de Agosto, 7, R/C Esq. – União das Freguesias de Pontinha e Famões – Mário Fernando Leite Vasconcellos Reis – Pagamento de Indemnização por conta de danos no locado

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. À consideração do Sr. Presidente da CMO proposta de cabimento, compromisso e pagamento do valor de 4 428 € (condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 e no

Decreto-Lei 127/2012 de 21/06), a Mário Fernando Leite Vasconcellos Reis, a título de indemnização, por danos no fogo sito na Praceta 25 de Agosto, nº7, R/C, Esq., Famões, arrendado pelo MO no âmbito do programa PROHABITA. (Contrato de arrendamento cessou, na sequência de realojamento do agregado familiar em património municipal).”

Data da decisão: 2016/09/01

EDOC/2016/37752

Interno/2016/8751 de 2016/09/01

Assunto: Acordo de Regularização de Dívida – Fogo: Rua Agostinho n.º 6 – 4º Frt. – Odivelas – Titular: Aires da Conceição Pereira

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Oficie-se o agregado familiar. Deve manter-se esta situação sob acompanhamento social próximo, de forma a prevenir o avolumar de dívida.”

Data da decisão: 2016/09/29

EDOC/2016/46289

Interno/2016/8696 de 2016/08/31

Assunto: Acordo de Regularização de Dívida – PROHABITA – Fogo: Rua Alzira Beatriz Pacheco, Lote 14 – 5º Dtº - Póvoa de Santo Adrião - T3 – Titular: Aida Soromenho de Sousa Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Oficie-se o agregado familiar. Deve manter-se esta situação sob acompanhamento social próximo, de forma a prevenir o avolumar de dívida.”

Data da decisão: 2016/09/29

EDOC/2016/46841

Interno/2016/8871 de 2016/09/07

Assunto: Fogo Prohabita – Rua Amélia Rey Colaço, 3, 7º F – Infiltrações e pagamento de indemnização por conta de obras de reparação

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. À consideração do Sr. Presidente da CMO, proposta de cabimento, compromisso (condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 e no Decreto-Lei 127/2012 de 21/06), e pagamento da verba de 251,90 € a Silviurbana Investimentos Imobiliários, Lda, a título de indemnização por danos provocados no fogo sito na Rua Amélia Rey Colaço, nº3,7º F, Odivelas, arrendado pelo M.O, no âmbito do programa PROHABITA.”

Data da decisão: 2016/09/29

EDOC/2016/48348

Interno/2016/9092 de 2016/09/13

Assunto: Análise Jurídica e proposta de procedimento a adotar no caso: Ocupação sem título, do locado sito na Praceta 25 de Agosto, n.º 2 – R/C Dt., em Famões.

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, com base nos pareceres sociais e fundamentação jurídica apresentadas. À consideração do Sr. Presidente da CMO, proposta de assinatura do ofício anexo, destinado a notificar os ocupantes do fogo municipal, de que devem proceder à sua entrega voluntária no prazo de três dias, sob pena se não o fizerem de o MO recorrer às autoridades policiais, de forma a garantir a desocupação coerciva. Antecipando a possibilidade de a família não proceder à entrega voluntária do fogo, propõe-se que seja ordenada desocupação coerciva.”

Data da decisão: 2016/09/14



Setor de Promoção, Construção e Reabilitação de Habitação (SPCRH)

EDOC/2016/47158

Interno/2016/8844 de 2016/09/06

Assunto: Proposta de aquisição de três telefones de intercomunicador para colocação em frações de habitação municipal no Bairro Quinta da Quintinha – Póvoa de Santo Adrião

Decisão da Sra. Vereadora: “Ao DJGFP/DFA para efeitos de abertura de procedimento, por ajuste directo, para a aquisição do material identificado na etapa 1, pelo valor estimado de 43,73 €. Mais se propõe a cabimentação prévia da verba, bem como o compromisso, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 e no Decreto-Lei 127/2012 de 21/06.”

Data da decisão: 2016/09/08

EDOC/2016/49134

Interno/2016/9192 de 2016/09/17

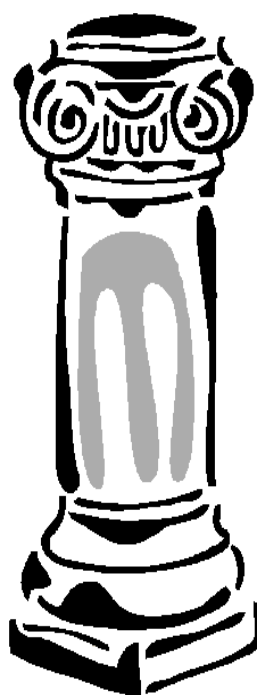
Assunto: Substituição de porta de patim – Rua Dr. Elysio Moura, n.º 2 – 2.º Frt. – Arroja - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Ao DFA, para desenvolvimento de procedimento de aquisição de serviço de fornecimento e colocação de porta (nos termos referidos nas etapas 1 e 3), pelo valor estimado de 730 Euros, acrescido de IVA, à taxa em vigor. Mais se solicita cabimento prévio e posterior compromisso (condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 e no Decreto-Lei 127/2012 de 21/06).”

Data da decisão: 2016/09/26



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

14.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 6 de outubro de 2016

DELIBERAÇÕES

VOTOS DE PESAR

VOTO DE PESAR

“FALECIMENTO DE VALENTIM XAVIER PINTADO”

Faleceu Valentim Xavier Pintado, economista, professor catedrático e antigo diretor da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, da qual foi Vice-Reitor. Em 19 de Julho de 1974, o professor Xavier Pintado, com Diogo Freitas do Amaral, Adelino Amaro da Costa, Basílio Horta, Vítor Sá Machado, João Morais Leitão e João Porto, fundaram o partido político CDS, Centro Democrático Social.

Valentim Xavier Pintado licenciou-se em Ciências Económicas e Financeiras pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa (1949) e fez o doutoramento em Economia na Universidade de Edimburgo, na Escócia, em 1961. Dirigiu o Gabinete de Estudos e Relações Económicas Internacionais da Associação Industrial Portuguesa (AIP) e, em 1964, foi diretor do gabinete de estudos económicos do Banco Português do Atlântico. Ocupou cargos em várias organizações internacionais como na EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) e na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). Em 1970, foi secretário de Estado do Comércio. Xavier Pintado morreu no passado dia 28 de Setembro de 2016, aos 91 anos.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na sua 14ª sessão extraordinária de 2016, em 6 de Outubro, lamenta o falecimento de Valentim Xavier Pintado e envia as sentidas condolências à família, amigos e ao CDS-PP.

Dar conhecimento deste Voto de Pesar:

À família de Valentim Xavier Pintado;
Ao CDS-PP, na pessoa da sua Presidente.

(Documento apresentado pela bancada do CDS/PP – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 7 de outubro de 2016

(Aprovado por unanimidade)

VOTOS DE CONGRATULAÇÃO

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“PELA ELEIÇÃO DE ANTÓNIO GUTERRES PARA SECRETÁRIO-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS”

Portugal tem razões para vibrar de orgulho: António Guterres será o próximo secretário-geral da Organização das Nações Unidas, o mais alto cargo e chefe da secretaria da ONU, e também a mais distinta incumbência da diplomacia mundial.

Hoje, António Guterres foi aclamado formalmente pelo Conselho de Segurança, para o cargo: o nome deste cidadão de Portugal, que se tornou conhecido pela defesa dos direitos e das condições de sobrevivência dos refugiados em todo o Mundo, será seguramente aceite pela Assembleia Geral das Nações Unidas. O ex-alto comissário das Nações Unidas para os Refugiados conseguiu a distinção depois de seis votações ao longo de quase três meses, em que manteve sempre resultados consistentes. Ontem, dia 5 de Outubro de 2016, António Guterres reuniu 13 votos de encorajamento e dois sem opinião, mais um voto positivo que no passado dia 21 de Julho quando iniciou o percurso para a candidatura. O brilho desta pretensão é precisamente a regularidade dos sucessivos escrutínios, numa corrida instável onde houve vários candidatos em segundo lugar, desistências e candidaturas de última hora.

A votação de ontem, significou o apreço internacional inequívoco pela meritocracia, resultando no apoio mais extraordinário ao Eng.º António Guterres, sobretudo por enfrentar, pela primeira vez, a búlgara Kristalina Georgieva que entrou na corrida a semana passada e ainda não tinha sido escrutinada. Contudo, a vice-presidente da Comissão Europeia não foi além do sétimo lugar - com sete "desencorajamentos" e dois vetos de membros permanentes, ficando inclusivamente atrás de Irina Bokova, também búlgara, que tornou a ser a mulher mais bem colocada, em quarto lugar.



António Guterres será o nono secretário-geral da Organização das Nações Unidas a partir do primeiro dia de Janeiro de 2017 e por um mandato de cinco anos, substituindo o Sul-coreano Ban Ki-moon.

E, certamente, fará jus a todos os que o consideram uma figura geradora de diálogos e consensos, mesmo perante as maiores adversidades, num momento em que se adivinham um crescendo das contrariedades com a persistência e agravamento de conflitos regionais, a deterioração do multilateralismo entre nações e os direitos humanos, bem como das relações entre os Estados Unidos e a Federação Russa.

Hoje, é tempo de celebrarmos mais esta realização de um cidadão português que eleva o nome do País a uma posição singular no Mundo.

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na sua 14ª sessão extraordinária de 2016, em 6 de Outubro, congratula-se com a eleição do Eng.º António Manuel de Oliveira Guterres para o nono secretário-geral das Nações Unidas, desejando-lhe um mandato auspicioso na resolução das adversidades que emergem atualmente, a bem da comunidade mundial.

Enviar este Voto de Congratulação:

Ao Eng. António Manuel de Oliveira Guterres;
A Sua Excelência, o Sr. Presidente da República;
A Sua Excelência, o Sr. Presidente da Assembleia da República, com pedido expresso para distribuição pelos Partidos Políticos ali representados;
Ao Sr. Primeiro-Ministro;
Ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

(Documento apresentado pela bancada do CDS/PP – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 7 de outubro de 2016

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“AO ATOR NUNO LOPES”

O ator de 38 anos, nascido em Lisboa, Nuno Lopes, recebeu o Prémio Especial de Melhor Actor da secção “Orizzonti” do Festival de Veneza, dedicada às “novas tendências do cinema mundial”.

No filme, “São Jorge”, Nuno Lopes é Jorge, um boxeur desempregado que aceita trabalho noturno numa empresa

de cobranças difíceis. Na preparação do papel, Nuno Lopes realizou trabalho de pesquisa em bairros sociais, no meio do boxe e no circuito de cobranças difíceis. O ator ganhou 20 quilos e submeteu-se a um programa de treino físico durante seis meses, chegando na fase de maior intensidade a treinar seis horas diárias de boxe e crossfit”, descreve a produtora.

O filme tem como pano de fundo alguns dos bairros sociais de Lisboa onde a pobreza é a realidade social. No seu discurso, o ator dedicou o prémio às pessoas dos bairros da Jamaica e da Bela Vista, onde se passa a longa-metragem. Referiu também que as pessoas retratadas no filme, das mais pobres de Lisboa, devem ser ouvidas e não tratadas apenas como números.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 6 de outubro de 2016, congratula o ator Nuno Lopes e a distinção agora atribuída no Festival de Veneza.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 7 de outubro de 2016

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“ANTÓNIO GUTERRES – SECRETÁRIO GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS”

“O novo Secretário Geral da ONU deve ser um congregador de vontades, de energia, seguindo os exemplos de Mahatma Gandhi e Nelson Mandela”, declarou Marcelo Rebelo de Sousa, em Setembro, na Assembleia Geral das Nações Unidas.

A referência ajusta-se como uma luva ao perfil de António Guterres, que desempenhou o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, de 2005 a 2015.

Antes, tinha sido Primeiro Ministro de Portugal, no período de 1995 a 2002.

António Guterres é, acima de tudo, um humanista, que sempre lutou contra as injustiças, a favor dos mais desprotegidos.

Foi Secretário Geral do Partido Socialista, nunca tendo abdicado dos ideais de fraternidade e igualdade.



Candidatou-se este ano ao elevado cargo de Secretário Geral da ONU, prestando provas num processo de seleção que se pretendeu transparente.

Venceu as seis votações, a última das quais ontem, em que teve 13 votos a favor e apenas duas abstenções, ficando largamente à frente dos restantes candidatos.

Hoje, o Conselho de Segurança aprovou por aclamação a proposta da sua indignação que será votada na Assembleia Geral.

A eleição de António Guterres deixou de ser mera hipótese para passar a ser o resultado previsível e quase certo.

Ela reflete todo o mérito do candidato. Mas é também, o resultado da intensa diplomacia levada a cabo pelo governo português e pelo Presidente da República, sendo de registar o apoio de todas as forças políticas nacionais, num raro consenso nacional.

Reunida na sua sessão de 6 de Outubro de 2016, a Assembleia Municipal de Odivelas saúda António Guterres e congratula-se com a sua previsível eleição para o cargo de Secretário Geral da ONU, convicta de que desempenhará as suas funções com a mais elevada competência, prestigiando o nosso país.

A ser aprovado este voto deve ser enviado p/:

Eng., António Guterres, Presidência da República, Presidência da Assembleia da República, Gabinete do Primeiro Ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Delegação da ONU em Portugal.

(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 7 de outubro de 2016

(Aprovado por unanimidade)

MOÇÕES

MOÇÃO

“GOLPE NO BRASIL”

Considerando que:

1. No passado dia 31 de agosto Michel Temer tomou posse como Presidente do Brasil, concluindo o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Tal como muitos dos seus ministros e deputados e senadores que o apoiaram, Temer está no centro de várias suspeitas, investigações e casos de corrupção;

2. Um dos objetivos dos promotores da destituição da anterior presidente é precisamente o de garantir a sua própria impunidade perante o combate à corrupção e, particularmente, travar o caso “Lava jato”, em que muitos estão implicados;

3. Ninguém desconhece que, apesar dos fundamentos legais para a destituição de um Presidente estarem bem definidos pela Constituição Brasileira – prática de crime de responsabilidade - este foi um processo estritamente político, para lá da legalidade, visando o derrube do governo democraticamente eleito. O Estado de Direito Democrático está em causa no Brasil, pelo atropelo do Princípio da Separação de Poderes, das mais elementares garantias de processo penal e do Princípio Democrático;

4. Segue-se um ataque ao Estado Social, com a tomada de um conjunto de medidas regressivas quanto aos direitos dos trabalhadores e dos direitos sociais sem expressa legitimidade democrática decorrente da apresentação a sufrágio dos autores das mesmas com esse programa;

5. Odivelas junta a sua voz à de quem, no Brasil e em todo o mundo, denuncia este processo como um golpe contra a democracia.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 6 de outubro de 2016, delibera:

1. Repudiar o processo de impeachment e o ataque à democracia na República Federativa do Brasil.

Enviar este documento a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, à embaixada do Brasil e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Maioria, com os votos contra da bancada do PSD, e com os votos a favor das bancadas do CDU e do BE e abstenção da bancada do PS e do CDS/PP)



O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 7 de outubro de 2016

(Aprovado por maioria)

MOÇÃO

“PELA EXCLUSÃO DO SAHARA OCIDENTAL DOS ACORDOS COMERCIAIS ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E MARROCOS”

Considerando que:

1. Foi conhecido a 13 de setembro que o Tribunal de Justiça da União Europeia decidiu que “a Decisão 2012/497/UE do Conselho, de 8 de março de 2012, relativa à celebração do Acordo sob forma de Troca de Cartas entre a União Europeia e o Reino de Marrocos respeitante às medidas de liberalização recíprocas em matéria de produtos agrícolas, de produtos agrícolas transformados, de peixe e de produtos da pesca, à substituição dos Protocolos números 1, 2 e 3 e seus anexos e às alterações do Acordo Euro-Mediterrânico que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino de Marrocos, por outro, é anulada na parte em que aprova a aplicação do referido acordo ao Sara Ocidental”, lê-se no documento;

2. É um contundente golpe para a União Europeia, e para farsa jurídica que representam os acordos com Marrocos, que incluem trocas comerciais em grande, parte à custa do espólio dos recursos naturais do Sahara Ocidental;

3. O advogado-geral, Melchior Wathelet, conclui que “nem o acordo de associação UE-Marrocos nem o acordo UE-Marrocos relativo à liberalização das trocas comerciais recíprocas de produtos agrícolas e da pesca se aplicam ao Sara Ocidental” e propõe que “por conseguinte, ao Tribunal de Justiça que anule o acórdão do Tribunal Geral que declarou que estes acordos se aplicam ao referido território”;

4. Sublinha Wathelet que a “União e os seus Estados-Membros nunca reconheceram que o Sara Ocidental fazia parte de Marrocos ou que estava sujeito à sua soberania”;

5. Aquando da decisão (2012/497/UE), o advogado-geral Melchior Wathelet, “em especial, o Tribunal Geral considerou que o Conselho não tinha cumprido a sua obrigação de analisar, antes da celebração deste acordo, se não havia indícios de uma exploração dos recursos naturais do território do Sara Ocidental, sob controlo de Marrocos, suscetível de ser feita em detrimento dos seus habitantes e de prejudicar os direitos fundamentais destes”, porque “(...)o Conselho deveria ter tomado em

conta a situação dos direitos humanos neste território e o impacto potencial do acordo nessa situação”;

6. Muito embora tenhamos ainda que aguardar dois meses pela decisão final do recurso interposto, as relações entre Marrocos e a UE ficam mais tensas e a República Árabe Saharaui Democrática ganha esta batalha jurídica;

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 6 de outubro de 2016, delibera:

1. Saudar o Tribunal de Justiça da União Europeia e o advogado-geral pelas posições assumidas na defesa da exclusão do Sahara Ocidental dos acordos comerciais entre a União Europeia e Marrocos;

2. Congratular o povo Saharaui, bem como todas e todos cidadãos e organizações que lutam pela autodeterminação do território, por mais uma vitória nesse longo combate.

Enviar este documento a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, à embaixada de Marrocos e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Maioria, com os votos a favor da bancada do BE e CDU e com a abstenção das bancadas do PS, CDS/PP e PSD)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 7 de outubro de 2016

(Aprovado por maioria)

PROPOSTAS DE RECOMENDAÇÃO

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

“PELA ELABORAÇÃO DE UM CÓDIGO DE CONDUTA”

Pela bancada do BE, foi apresentada uma Proposta de Recomendação com o título “Pela elaboração de um código de conduta” (documento n.º 5), que será transcrita em ata. Colocado à votação, o documento n.º 5, foi Rejeitado por Maioria, com os votos contra das bancadas do PS, CDS/PP e PSD, com os votos a favor das bancadas do BE e abstenção da bancada da CDU.

(Rejeitado por maioria)



PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

“PELA COLOCAÇÃO DE PROTEÇÃO NA RUA”

Considerando que:

1. A limpeza de alguns cursos de água no concelho tem deixado visível algumas situações de insegurança para as populações e animais que circulam nas imediações desses espaço;

2. Na Rua Principal, no bairro dos Pedernais, na freguesia da Ramada, a limpeza do curso de água deixou completamente desprotegida uma vala muito perigosa à visa;



3. Essa zona, na fronteira com a freguesia de Odivelas, é muito utilizada diariamente pela população dos Pedernais, em particular por crianças e jovens nos seus trajetos para as escolas.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 6 de outubro de 2016, recomenda ao executivo municipal que:

1. Avalie tecnicamente a situação de modo a encontrar uma solução com a maior brevidade possível.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 7 de outubro de 2016

(Aprovado por unanimidade)

SIMAR DE LOURES E ODIVELAS

**PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DOS CARGOS DIRIGENTES
COMPOSIÇÃO DOS JÚRIS**

Constituição dos Júris de diversos procedimentos concursais de Cargos de Dirigentes dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas - SIMAR, nos termos da Proposta n.º 298/2016 dos SIMAR de Loures e Odivelas, aprovada pelo seu Conselho de Administração e remetida a esta Câmara Municipal através do ofício S/17906, de 16.08.2016, e autorização para a possibilidade de que o recrutamento para o Cargo de Direção Superior possa ser de entre indivíduos licenciados não vinculados à Administração Pública, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/8388, de 2016.08.17 dos serviços da Câmara Municipal de Odivelas, aprovado na 16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 24 de agosto de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 17 de 2016, página 8*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

Júris para os seguintes procedimentos concursais dos Cargos de Dirigentes dos SIMAR:

Cargo – Diretor Delegado;

Cargo – Diretor de Departamento de Exploração de Águas;

Cargo – Diretor de Departamento Comercial;

Cargo – Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro;

Cargo – Diretor de Departamento de Resíduos e Apoio Logístico;

Cargo – Chefe de Divisão de Cadastro, Estudo e Projetos;

Cargo – Chefe de Divisão de Laboratório e Qualidade;

Cargo – Chefe de Divisão de Fiscalização;

Cargo – Chefe de Divisão de Faturação e Controlo de Consumos;

Cargo – Chefe de Divisão de Atendimento e Gestão de Clientes;

Cargo – Chefe de Divisão de Administrativa e documental;



Cargo – Chefe de Divisão Financeira;
Cargo – Chefe de Divisão de Aprovisionamento;
Cargo – Chefe de Divisão de Recursos Humanos;
Cargo – Chefe de Divisão de Resíduos Urbanos;
Cargo – Chefe de Divisão de Gestão de Frota;
Cargo – Chefe de Divisão de Apoio Logístico;
Cargo – Chefe de Divisão de Exploração de Redes de Águas;
Cargo – Chefe de Divisão de Redes e Manutenção;

(Aprovado por unanimidade)

PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS ESCOLARES

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSIÇÃO DO VALOR DA DESPESA NÃO REALIZADA NO ANO LETIVO DE 2015/2016 CANDIDATURAS E CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA O ANO LETIVO DE 2016/2017

Em conformidade com o Programa de Apoio à Gestão das Instalações e Equipamentos Escolares (PAGIEE), aprovado na 10.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 19 de maio de 2010, e de acordo com o proposto na Informação Interno/2016/8900, de 2016.09.07, aprovada na 18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 21 de setembro de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 19 de 2016, página 9*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, nos termos do disposto no ponto 3 do artigo 10 do programa, é proposto, a transição do valor da despesa não realizada no ano letivo de 2015/2016, pelas escolas básicas EB António Gedeão no valor de €18.168,50 (dezoito mil, cento e sessenta e oito euros e cinquenta cêntimos), EB Vasco Santana no valor de €7.644,72 (sete mil, seiscentos e quarenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos), EB Carlos Paredes no valor de €2.362,72 (dois mil, trezentos e sessenta e dois euros e setenta e dois cêntimos) e EB D. Dinis no valor de €2.696,88 (dois mil, seiscentos e noventa e seis euros e oitenta e oito cêntimos), para o ano letivo de 2016/2017, sem penalizações.

Aprovação das candidaturas ao Programa de Apoio à Gestão das Instalações e Equipamentos Escolares (PAGIEE), e concessão do apoio financeiro às Escolas Básicas EB António Gedeão, EB Carlos Paredes, EB Vasco Santana e EB D. Dinis, para o ano letivo 2016/2017, no valor de 25.000,00€ para cada escola, de acordo com o proposto na Informação Interno/2016/8900, de 2016.09.07, aprovada na 18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 21 de setembro de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 19 de 2016, página 9*), remetida pelo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

(Aprovado por maioria)

AQUISIÇÃO DE VIATURAS

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA COMPROMISSO DA AQUISIÇÃO E LOCAÇÃO FINANCEIRA DE VIATURAS

De acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/8982, de 2016.09.09, aprovada na 18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 21 de setembro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 19 de 2016, página 8*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, propondo a aquisição, em sistema de LEASING a pagar em 60 mensalidades, das seguintes viaturas:

- Um autocarro com a capacidade de transportar cinquenta e cinco passageiros, acrescido de motorista e acompanhante (55+1+1), com treze metros de comprimento, dotado de todas as características técnicas que cumpram as normas legais e regulamentares aplicáveis, até ao montante máximo de €210 000,00 (duzentos e dez mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
- Três carrinhas de nove lugares, com as características técnicas que cumpram as normas legais e regulamentares aplicáveis ao transporte de crianças, no valor máximo de €40 000,00 (quarenta mil euros), cada, num total de €120 000,00 (cento e vinte mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

(Aprovado por maioria)

RETIRADA DE PONTOS

RETIRAR PONTOS DA ORDEM DO DIA DA PRESENTE SESSÃO

Dado o adiantado da hora, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, foi colocado à consideração do plenário, a retirada dos pontos:

Ponto 6 – Proposta de Aquisição de Prestação de Serviços de Auditoria Externa na Câmara Municipal de Odivelas;
Ponto 7 – Proposta de Aumento de Comparticipação Financeira para a Época 2016/2017 – Programa Clube do Movimento; Ponto 8 – Proposta de Alteração aos



Estatutos da AMEGA; Ponto 9 – Aprovação das Atas da Assembleia Municipal: n.ºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, respeitantes ao ano de 2016.

Os pontos retirados serão discutidos na próxima sessão da Assembleia Municipal.

(Aprovado por unanimidade)